

LEI 557ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 1983.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, senhor DORVALINO VITÓRIO CAVASINI, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, em sessão de 04 de outubro de 1982, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aprovado o ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, para o exercício de 1983, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que ESTIMA A RECEITA em Cr\$187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos da Lei 4.320, Decreto Lei nº 1939, de 20 de maio de 1982, Portaria SOF/SEPLAN nº 6, de 9 de junho de 1982, com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES.....	Cr\$ 153.000.000,00
1.1	Receitas Tributárias.....	17.573.163,00
1.2	Receita Patrimonial.....	200.000,00
1.3	Transferências Correntes.....	135.026.837,00
1.4	Receitas de Serviços.....	200.000,00
2	RECEITA DE CAPITAL.....	34.000.000,00
2.1	Transferência de Capital:	
	Transferência da União.....	13.000.000,00
	Transferência do Estado.....	20.000.000,00
	Outras Receitas do Capital.....	1.000.000,00
TOTAL DA RECEITA.....		Cr\$ 187.000.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada de acordo com a seguinte discriminação por funções de Governo e por Unidade Orçamentária:

1	Legislativo.....	Cr\$ 2.700.000,00
0.2	Administração e Planejamento.....	54.220.000,00
0.3	Agricultura.....	3.780.000,00
0.4	Educação e Cultura.....	15.900.000,00
0.5	Habituação e Urbanismo.....	11.800.000,00
0.6	Comunicações.....	300.000,00
0.7	Saúde e Saneamento.....	2.250.000,00
0.8	Transportes.....	80.000.000,00
0.9	Assistência e Previdência.....	1.200.000,00
	S u b - T o t a l.....	172.150.000,00
10.0	Reserva de Contingência.....	14.850.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA.....		Cr\$ 187.000.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

0.1	Câmara de Vereadores.....	Cr\$ 2.700.000,00
0.2	PREFEITURA MUNICIPAL	
0201	Gabinete do Prefeito.....	12.200.000,00
0202	Secretaria de Administração.....	6.550.000,00
0203	Junta de Serviço Militar.....	250.000,00
0204	Sector de Serviços Gerais.....	27.820.000,00
0301	Sector de Tributação e Fiscalização.....	3.700.000,00
0302	Sector de Contabilidade.....	3.700.000,00
0401	Sector de Agricultura e Agropec.....	3.780.000,00
0501	Sector de Educação e Cultura.....	15.500.000,00
0502	Sector de Cultura.....	400.000,00
0601	Sector de Serviços Urbanos.....	11.800.000,00
0602	Sector de Comunicações.....	300.000,00
0701	Sector Saúde e Bem Estar Social.....	2.050.000,00
0702	Sector de Saneamento.....	200.000,00
0801	Sector de Transportes.....	80.000.000,00
0901	Sector de Assistência e Previdência.....	1.200.000,00
	S U B - T O T A L.....	172.150.000,00
9999	Reserva de Contingência.....	14.850.000,00
TOTAL GERAL.....		Cr\$ 187.000.000,00

0000 1000

Artigo 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito até o limite de 30% (trinta por cento) por antecipação da Receita nos termos do Art. 7º da Constituição Federal.

Artigo 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover abertura de Crédito Suplementar até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos do Art. 7º, 43º § 1º da Lei Federal nº 4320, utilizando-se com os recursos de cancelamento parcial ou total do valor constante da Reserva de Contingência.

Artigo 6º - Considera-se automaticamente suplementados pelo valor de excesso de arrecadação sobre a previsão Orçamentaria as atividades que correspondem a Receita e a elas vinculadas.

Artigo 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir da Reserva de Contingência total ou parcialmente saldos e dotações do Orçamento da Despesa.

Artigo 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a utilizar - como fonte de recursos para atingir os objetivos desta - Lei, os resultados dos artigos 43º da Lei nº 4320 de 17.03.64

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1983
CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, em 04 de outubro de 1982.

DORVALINO VITÓRIO CAVASINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Valmor A. Rostirolla

Secretário